

Setor das Ifes aprova indicativo para início da greve nacional dos docentes federais

Assembleias gerais serão realizadas em todo o país para avaliar a indicação do setor, tendo como referência o período de 25 a 29 de maio para deflagração unificada do movimento

A greve, que já marca a agenda de lutas no setor da Educação Federal, está na pauta de todas as Seções Sindicais. A última reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), realizada nos dias 25 e 26 de abril, aprovou o indicativo para início da paralisação e orienta às Seções Sindicais que realizem rodadas de assembleias entre 28 de abril a 12 de maio para discutir o dia para deflagração do movimento, no período de 25 a 29 de maio.

O que levou a esta decisão?

A deliberação pelo indicativo de greve foi tomada a partir da avaliação dos resultados das assembleias já realizadas na base e da análise de vários dados de conjuntura. Entre os acontecimentos recentes que contribuíram para a decisão do Setor está a falta de condições de funcionamento, evidenciada em muitos casos pela necessidade de adiamentos no início do calendário escolar em decorrência dos **novos cortes impostos às verbas destinadas aos serviços públicos, que no setor educacional representou R\$ 7 bilhões. Os representantes das seções sindicais relataram a profunda precarização das condições de trabalho e ensino nas Instituições Federais.**

Outro ponto que influenciou a decisão pelo indicativo de greve foi o descaso do MEC à pauta apresentada pela categoria. Em abril do ano passado, o governo interrompeu as negociações com o nosso sindicato em um momento que parecia haver um avanço. Justamente após concordância com algumas bases conceituais para reestruturação da carreira docente.

Em 2015, rerepresentamos nossa pauta de reivindicações e reiteramos a necessidade de negociação com o MEC. “Mesmo diante das reiteradas solicitações de negociação, completamos um ano sem respostas as nossas reivindicações. O ANDES-SN tem pressionado o governo pela continuidade da negociação, com processo crescente de mobilização, expresso no desenvolvimento das atividades nas seções sindicais e na participação nas reuniões do setor, o que evidencia a insatisfação da categoria com os ataques do governo e a disposição de luta”, destaca Paulo Rizzo, Presidente do ANDES-SN.

A defesa da carreira única do professor federal permanece como um dos pontos centrais de nossa luta, contrapondo-se à desestruturação da carreira imposta pelo governo, particularmente em 2006, 2008 e 2012. Em 2015, não há nenhuma sinalização por parte do governo sobre a política salarial para os docentes das IFE, o que, se confirmado, agravará as perdas salariais e mais desestruturação na malha salarial relacionada ao modelo de carreira imposta pelo governo.

Novos elementos da conjuntura, como a **possibilidade de contratação das Organizações Sociais (OS) no serviço público e, em particular, na Educação e C & T, anunciadas pelo presidente da CAPES em 2014, se somam à afirmação da constitucionalidade das OS a partir do julgamento da ADIN 1923 no STF, também pesaram na decisão. A fragmentação dos processos de contratação via OS, implicará no fim progressivo do concurso público e do RJU, colocando as carreiras do serviço público, incluindo a carreira docente, em regime de extinção.**

A greve é o caminho para conquistar direitos, defender a carreira docente e a educação pública!



Vamos às ruas dia 14 de maio!

Unificar e fortalecer a luta para barrar retrocessos e avançar nas conquistas

Principais eixos da pauta:

- Defesa do caráter público de educação e a garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora;
- Projeto de carreira única do ANDES-SN para o magistério federal;
- Condições de trabalho e salário decentes;
- Luta contra a reforma da previdência (revogando as MPs 664 e 665/2014).

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO

- **Dia 01 de maio:** fortalecer o primeiro de maio nos estados (colunas de servidores públicos nas manifestações);
- **De 28 de abril a 12 de maio:** rodada de assembleias, pautando o indicativo de greve com início no período de 25 a 29 de maio;
- **Dia 14 de maio:** Dia nacional de paralisação dos docentes nas IFE em defesa da carreira-salário, dos direitos de aposentadoria e contra os cortes de verbas na educação;
- **Dia 14 de maio:** reunião do Fórum dos SPF com o SRT-MPOG, às 10h, com ato nacional em frente ao MPOG; Reunião ampliada do fórum às 14h;
- **Dia 14 de maio:** mobilização, atos e paralisações nos estados organizados pelos fóruns estaduais;
- **15 e 16 de maio:** Reunião do Setor das IFES para avaliação da rodada de assembleias sobre o indicativo de greve;
- **29 de maio:** Dia nacional de paralisação contra o PL 4330; MPs 664 e 665.

A luta histórica dos docentes em defesa da educação pública, em defesa do serviço público e contra a retirada de direitos dos trabalhadores, reafirma a necessidade fortalecer a unidade e a mobilização com os demais servidores públicos federais (SPF). A unidade no Fórum das Entidades Nacionais dos SPF tem se expressado como vitoriosa e resultou, durante a jornada de lutas realizada em abril, em antecipar as negociações com o governo federal em torno da pauta unificada dos servidores federais.

“Como resultado da reunião do Setor foi construído também um calendário de lutas dos docentes, articuladas a Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais (SPF), na perspectiva da construção de uma greve unificada”, aponta o presidente do Sindicato Nacional.

Paulo Rizzo destaca ainda que na reunião realizada entre o Fórum dos SPF e o Ministério do Planejamento, o secretário de Relações do Trabalho Sérgio Mendonça sinalizou que até o final de maio o governo irá fechar o pacote de pré contingenciamento financeiro, com novos ajustes fiscais. “Isso impõe ainda mais urgência da mobilização, pois não podemos esperar que venham ainda mais cortes”, ressalta.

Diante deste cenário, é necessário fazer dois movimentos para o dia 14 de maio: a) construir em cada seção sindical, o Dia Nacional Paralisação dos docentes nas IFE e; b) integrar o dia de luta chamado pelo Fórum dos SPF com caravanas a Brasília. “Diante da conjuntura, temos a necessidade de fazer do dia 14 uma grande demonstração de força da categoria, sem o que não conseguiremos avançar nem na pauta específica dos docentes nem na unificada com os demais servidores federais”, conclama o presidente do ANDES-SN.

Estágio probatório e a greve

É comum que os docentes em estágio probatório, assim como outros servidores, tenham receio em aderir à greve. Mas, calma! Participar da greve não pode afetar a avaliação. Vários tribunais já se manifestaram a respeito, afirmando que participar de greve não configura falta grave, mesmo durante o estágio probatório. O mesmo vale para os professores em contrato temporário. A greve é um instrumento de luta legítimo e um direito de todos!

A Instituição Federal de Ensino Público e a carreira docente estão ameaçadas, nossa tarefa é defendê-la!